

PERSPECTIVAS E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A PRÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM MUSICAL EM ESCOLAS REGULARES DE FORTALEZA

Sarah Fontenelle Catrib
Universidade Federal do Ceará (UFC)
sarahcatrib@yahoo.com.br

Resumo: A pesquisa teve o objetivo de discutir a avaliação da aprendizagem musical a partir das perspectivas e concepções dos professores de música sobre suas práticas avaliativas. Participaram da pesquisa professores que atuam em escolas de ensino regular públicas e privadas da cidade de Fortaleza, Ceará. Foi possível conhecer o perfil desses professores de música com base em informações sobre sua formação, sua atuação profissional, seus conhecimentos pedagógicos sobre avaliação da aprendizagem e sua prática avaliativa. Para fundamentar o trabalho foram utilizados os estudos de educadores como Jussara Hoffman (1993; 2009), além de estudos do educador musical Keith Swanwick (2003). A coleta de dados foi realizada em duas etapas, sendo a primeira por meio de um questionário, e a segunda através de entrevistas semiestruturadas. Buscou-se com o uso desses instrumentos analisar a avaliação da aprendizagem, desde seu conceito até suas práticas e funções; além de discutir algumas concepções sobre a avaliação da aprendizagem musical. A partir da pesquisa foi possível traçar um panorama das práticas avaliativas dos professores de música de Fortaleza, o que possibilitou uma melhor compreensão das perspectivas dos professores sobre a avaliação do aprendizado musical em escolas regulares.

Palavras-chave: Educação Musical. Avaliação do aprendizagem. Escolas regulares.

Introdução

A avaliação é um território comum a praticamente todos os campos de estudo. Por esse motivo, pode adquirir diversos conceitos e aplicações, tornando-se um tema de pesquisa bastante complexo. Além dessa diversidade no meio acadêmico, a avaliação está presente na maioria das ações cotidianas.

No âmbito educacional, o processo avaliativo é um fator que está sempre em evidência, pelo fato de ser utilizado como determinante da aprovação ou reprovação dos alunos, fazendo com que a educação atue em função dos resultados avaliativos. Em decorrência dessa funcionalidade, a escola estipula padrões de testes para verificação da aprendizagem que devem ser utilizados por todas as disciplinas, independentemente da natureza de seus conteúdos. Apesar de essa prática estar presente na maioria das escolas e ser denominada “avaliação”, constitutivamente a prática avaliativa necessita de uma série de ações docentes que não estão incluídas no ato de aplicação de testes e exames.

A música e os conteúdos artísticos presentes no currículo escolar estão sujeitos à adequação em relação ao modelo avaliativo que inclui a aplicação de provas e, conseqüentemente, a mensuração a partir do desempenho apresentado. A avaliação é ainda um elemento bastante negligenciado pelos professores de música, que acreditam que a repetição de padrões aplicados em outras disciplinas é suficiente para observar a aprendizagem musical dos alunos, ou que, baseados nesse formato, apontam que não é possível avaliar os conhecimentos musicais.

Sabendo da escassez de estudos brasileiros relevantes na área, decidimos concentrar esta investigação em aspectos práticos, visto que, apesar da avaliação ser um tema ausente na maioria dos livros de metodologias do ensino da música e também pouco discutido por educadores musicais, sua prática é inerente a toda relação de ensino-aprendizagem. Assim, passamos a questionar a ação dos professores de música de Fortaleza, Ceará, frente à necessidade de realizar uma avaliação. Como os professores veem o processo avaliativo em música? Quais modelos seguem? Com base em que critérios avaliam os alunos? A partir desses questionamentos, este estudo buscou analisar as concepções dos professores de música sobre as suas práticas avaliativas, propondo discussões sobre a avaliação do aprendizado musical em escolas regulares.

Um ponto importante do estudo está nas reflexões do trabalho do educador musical inglês Keith Swanwick (2003) sobre o ato de avaliar musicalmente. Estudos como os de Henstchke (1996), Henstchke e Souza (2003), Tourinho (2001), Beineke (2003) e Braga (2009) foram fundamentais para análise de aspectos específicos sobre os processos de avaliação das atividades de apreciação musical, performance e composição. As leituras desses trabalhos

embasaram, portanto, as reflexões realizadas a partir da análise dos dados reunidos com os professores participantes da pesquisa.

AVALIAÇÃO DO APRENDIZADO MUSICAL

A avaliação da aprendizagem é definida pelo educador Cipriano Luckesi como sendo “um *juízo de qualidade sobre dados relevantes*, tendo em vista uma *tomada de decisão*.” (1997, p. 69). O juízo de qualidade é a atribuição de uma qualidade a um objeto, que deve ser julgada a partir de um padrão ideal de qualidade, assim, por meio da comparação entre esse objeto e o padrão é possível ajuizar sobre a qualidade do objeto, Esse juízo de qualidade será fundamentado em dados relevantes, que são os caracteres que esse objeto possui. A tomada de decisão é, por sua vez, o fator mais característico do processo de avaliação da aprendizagem, pois refere-se “à decisão do que fazer com o aluno, quando a sua aprendizagem se manifesta satisfatória ou insatisfatória.” (Ibid., p. 71).

Apesar de a avaliação de modo geral ser uma área de estudo em expansão e ser considerada uma etapa essencial do processo de ensino-aprendizagem, quando esta é inserida no contexto do ensino de música na escola percebe-se um estranhamento por parte dos professores. Nos estudos que tratam sobre a música na escola muito se discute sobre as possibilidades de planejamento e execução das atividades musicais em sala de aula, porém pouco se fala sobre o processo de avaliação do aprendizado musical.

Tourinho e Oliveira (2003) afirmam que “a avaliação dos alunos pode estar voltada tanto para a avaliação da capacidade, como para o nível de aprendizagem musical”. Segundo as autoras, essas funções da avaliação musical são utilizadas em diferentes contextos e dependem da escola e dos valores do professor.

Enquanto que para os estudiosos de avaliação da aprendizagem de modo geral (Luckesi, 1997; Hoffman, 2009; Vianna, 2000), é imprescindível, primeiramente, esclarecer o que é, ou o que deve ser a avaliação, a prioridade para os educadores musicais é compreender como avaliar a aprendizagem musical de um aluno. Essa questão motivou a pesquisa de educadores como Del Ben (1996; 2003a), Hentschke e Souza (2003), Beineke (2003), França (2010), Medeiros (2010) e Braga (2009), que investigaram as possibilidades e particularidades

de avaliação das habilidades musicais. Segundo a educadora Luciana Del Ben, ao refletir sobre avaliação em música,

É necessário que o professor defina: primeiro, o que se deve avaliar em música, ou seja, quais objetivos de avaliação poderiam revelar a compreensão musical do aluno e, segundo, como avaliar, isto é, quais técnicas, instrumentos e procedimentos de avaliação devem ser utilizados para que os alunos respondam à música. (1996, p. 2)

O que se encontra ao pesquisar sobre as práticas de avaliação da aprendizagem musical ainda difere bastante da concepção de avaliação dos pedagogos. O principal ponto a ser destacado diz respeito à natureza do conhecimento musical, que para a maioria dos professores é o maior obstáculo da avaliação em música. Segundo eles, a justificativa para a pouca expressividade do processo de avaliação do aprendizado musical na escola é baseada na ideia de que a música e as artes em geral são “essencialmente subjetivas e que alguns de seus elementos não são passíveis de serem ensinados, não sendo possível, portanto, formular objetivos e prever aprendizagens observáveis.” (SWANWICK, 1988, p. 129-149, apud DEL BEN, 1996, p. 8-9).

Esse entendimento da música como conteúdo inexplicável e imensurável, causa algumas incoerências em relação ao posicionamento dos professores sobre o processo avaliativo como, por exemplo, como eles ensinam o que não compreendem? Como respondem aos alunos de forma significativa sem avaliar aquilo que eles fazem, produzem e dizem? E, principalmente, como justificam o valor da Educação Musical e defendem sua inclusão nos currículos escolares se o resultado da aprendizagem musical não é observável? (Ibid.). É através dessas indagações que Swanwick argumenta que “esta visão invalida a ideia de educação nas artes.” (Ibid., p. 9).

Dentre os educadores musicais mais representativos, o inglês Keith Swanwick foi quem mais contribuiu para o pensamento sobre avaliação da aprendizagem musical. Em seu livro *Ensinando música musicalmente* (2003), o educador dedica um capítulo para a reflexão sobre o processo avaliativo em música, evidenciando as práticas mais comuns, as funções da avaliação e as dimensões da avaliação musical.

A reflexão de Swanwick parte da premissa de que a avaliação está inserida nas mais diversas situações cotidianas e torna possível nossa vida, guiando nossas ações. Estamos avaliando, segundo o educador, quando atravessamos uma rua ou quando procuramos um emprego, essas ações são classificadas por ele como avaliações informais e intuitivas. (2003, p. 81). Essa prática avaliativa cotidiana também ocorre com a música, quando filtramos o que queremos ouvir no rádio, realizando um processo avaliativo informal baseado na seleção.

Porém, quando a avaliação está inserida em um contexto educacional, o processo se torna muito mais complexo pelo fato de “se transformar no momento em que o professor simplesmente julga e classifica o aluno de maneira arbitrária” (DEL BEN, 1996, p. 1). Com o objetivo de esclarecer as funções do processo de avaliação da aprendizagem musical do aluno, Swanwick explica que ao avaliar a aprendizagem musical de um aluno, o professor realiza um processo que fica entre o informal e o formal, pois há uma interação com o que os alunos dizem e fazem, dessa forma a avaliação não se limita a uma simples seleção informal, como ocorre no cotidiano, e nem a um processo estagnado de verificação por meio de exames e testes.

Além de classificar os processos avaliativos, Swanwick propõe a utilização de critérios que embasem a avaliação. Compartilhando do mesmo pensamento, Del Ben afirma que

Os critérios de avaliação devem ser construídos a partir de estudos ou modelos de desenvolvimento musical, pois, sem compreender a trajetória do desenvolvimento musical, o professor não possui bases para elaborar critérios de avaliação ou para questioná-los quando já estipulados nos currículos ou programas de ensino. (1996, p. 2)

Assim, para discutir os critérios de avaliação propostos por Swanwick, primeiramente, é necessário conhecer a sua teoria do desenvolvimento musical. A Teoria e Modelo Espiral do Desenvolvimento Musical, desenvolvida pelo educador inglês, fundamenta os critérios de avaliação e propõe ainda que o conhecimento musical seja avaliado de forma abrangente, contemplando simultaneamente o que o autor define como as dimensões de crítica musical, isto é, as formas de responder à música. A experiência musical não é fragmentada em habilidades específicas, mas avaliada a partir dos produtos gerados pelas atividades musicais: composição, execução e apreciação. (Ibid., p. 3-4). Para avaliar o trabalho

musical dos alunos, o professor avaliador atua como crítico musical, que deve ter a compreensão da “complexidade da experiência musical”, buscando não reduzi-la a uma única dimensão como a técnica instrumental ou vocal.

A avaliação do aprendizado musical dos alunos deve ser realizada a partir de atividades que permitam uma aplicação contextualizada dos conteúdos musicais aprendidos. Na concepção de Swanwick os produtos musicais dos alunos são a melhor forma de avaliá-los, pois é necessário “levar em conta duas dimensões: o que os alunos estão fazendo e o que eles estão aprendendo” (2003. p. 94). Assim, a avaliação musical deve compreender uma variedade de atividades que possibilitem a aplicação de conceitos aprendidos em diferentes situações.

Assim como na avaliação, que pode ser classificada com formal e informal, a educação também pode ser segmentada em três tipos: formal, informal, não formal¹. Ou seja, no cenário de educação musical de Fortaleza, as práticas educativas na escola básica são consideradas formais, já que apresentam uma organização, um planejamento e uma estrutura curricular, enquanto em algumas escolas especializadas e nos projetos sociais encontra-se a educação não formal, visto que, nesses espaços, os professores dispõem de liberdade para estruturar suas aulas. Baseado nessa classificação, esse estudo tem como objetivo analisar a prática de avaliação do aprendizado de oito professores de música de escolas públicas e privadas de Fortaleza.

O ensino de música tem uma presença instável nas instituições de ensino regular, já que está vinculado à disciplina de Artes e, dependendo da formação do professor, pode-se concentrar em apenas uma das linguagens artísticas, ou trabalhar todas de maneira superficial. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Artes (BRASIL, 1996), segmentam a disciplina Artes em quatro componentes curriculares e, em seguida, estabelece quais conteúdos devem ser vistos em sala e que habilidades o aluno deve desenvolver, além de esclarecer os critérios de avaliação para todos os conteúdos.

Segundo dados da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), existem em Fortaleza duas escolas federais, 169 escolas estaduais e 283 municipais, totalizando 454

¹ Ver Libâneo (2010).

escolas públicas de ensino regular, que possuem um total de 3.978 professores de Artes, dos quais apenas 51 possuem graduação em Música. Nas 797 escolas privadas de Fortaleza há um total de 2.933 professores de Artes, cujas formações não há registro.

Esse cenário encontrado na cidade de Fortaleza revela a instabilidade e a fragilidade com que o ensino de música se apresenta na escola. Geralmente em escolas regulares públicas, os professores contratados para as disciplinas de Artes também ficam responsáveis pela disciplina de Literatura. Ou seja, além da complexidade de terem que administrar uma disciplina polivalente, da qual não possuem formação em todos os conteúdos, é atribuído a esses professores, como maneira de completar a sua carga horária, uma disciplina pertencente a outro campo de conhecimento. No caso dos professores das escolas privadas, a situação é um pouco diferente, já que são responsáveis por aulas específicas de música, seja por meio de disciplinas curriculares ou oficinas de música em horário extracurricular.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação realizada com os professores ocorreu em duas etapas, a primeira por meio de um questionário enviado por e-mail, que buscou traçar o perfil dos professores, e a segunda através de uma entrevista semiestruturada, que propôs a reflexão sobre processos de avaliação em música.

A primeira etapa da coleta de dados consistiu em catalogar dados mais gerais sobre os participantes, como suas informações pessoais, sua formação, sua atuação na instituição a qual está vinculado, seu entendimento sobre avaliação e sua prática avaliativa. A segunda se deu a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado e possibilitou a análise da avaliação da aprendizagem, desde seu conceito até suas práticas e funções; além de discutir algumas concepções sobre a avaliação da aprendizagem musical.

Foram entrevistados oito professores com idades entre 22 e 37 anos, com pelo menos, dois anos de experiência profissional em Educação Musical, sendo quatro atuantes em escolas regulares públicas e quatro atuantes em escolas regulares privadas. O critério de saturação dos dados foi utilizado para definir o número de participantes do estudo.

Para a apresentação dos dados, criamos uma nomenclatura que preserva a identidade dos professores, visto que sua identificação é irrelevante para a pesquisa. Assim,

os professores de escolas regulares públicas estão identificados pela sigla Pb e os de escolas privadas por Pr. Essas siglas são acompanhadas por um número de 1 a 4, cujo objetivo é diferenciar os professores de um mesmo contexto. Além disso, todos os professores e professoras foram tratados no masculino, tendo em vista a não identificação de gênero.

Para a análise dos resultados provenientes das entrevistas, fizemos uso das falas dos professores cotejando-as com a produção científica da área.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O contexto de escola regular pública é o que possui a maior quantidade de professores com idades entre 31 e 35, isso decorre do fato de que para atuar nesse contexto é necessário que o professor seja licenciado em música. Já as escolas privadas têm, em sua maioria, professores com idades até 30 anos.

Observamos que a música está presente nos contextos em análise de diversas formas. No contexto da escola regular pública é predominante que o professor que teve formação em música seja designado para ministrar a disciplina polivalente de Artes.

Segundo o professor Pb2:

Quando a gente fala em escola pública e em aula de música, infelizmente não é só a aula de música, porque o professor de Artes é obrigado, tanto pelas diretrizes como também pelos coordenadores, a trabalhar todas as linguagens artísticas.

Apesar dessas exigências, durante a entrevista o professor Pb2 esclareceu que, dependendo da coordenação, essa situação se torna mais flexível em relação à quantidade de conteúdos abordados em sala de aula e ao tempo demandado para cada um deles. Também foi comentado pelo entrevistado os problemas que essa configuração da disciplina acarreta para o processo de avaliação:

Como eu sou formado em música, a avaliação do processo musical dos alunos é fácil, porque eu sei como avalia-los, tanto pelo conhecimento como pela apreciação, ou até mesmo pelo senso crítico deles em relação a um tipo de música. Então, a meu ver o processo avaliativo funciona. Quando eu avalio minhas turmas, eu percebo que eles conseguiram aprender aquilo que eu

repassei, tanto questões rítmicas, como questões relacionadas à voz e à técnica vocal.

Segundo a análise do entrevistado, o processo de avaliação da aprendizagem musical é “fácil” pelo fato da sua formação ser em música, mas aponta que sente dificuldades quando precisa contemplar outros conteúdos artísticos. Essa mesma situação deve ocorrer em relação à música para um professor que teve formação em outro conteúdo artístico ou mesmo em outra área de conhecimento. Também pode ser observado que, apesar de declarar uma facilidade no ato de avaliar, o professor não conseguiu descrever o funcionamento de sua prática avaliativa.

Mesmo tendo sua formação inicial em música, para o professor Pb4, atuante em escola pública de Ensino Fundamental II, a avaliação do conteúdo musical esbarra em algumas dificuldades

Devido à própria estrutura da educação básica, que lota as turmas, de forma que a avaliação se torna muito superficial. Além da precariedade de espaço e instrumentos musicais, o que faz com que eu tenha poucos recursos para trabalhar as habilidades musicais de cada um.

Esses fatores apontados pelo professor Pb4 em conjunto com a situação da disciplina na escola pública relatada pelo professor Pb2, contribuem para uma visão reduzida do ensino de música e, por consequência, da avaliação da aprendizagem musical. De acordo com o texto introdutório dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN/Arte, (BRASIL, 1997, p. 19), a área de Arte “tem uma função tão importante quanto à dos outros conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem”. O que ocorre para uma maior desvalorização é justamente a questão da avaliação, pois a música não faz parte do conjunto de conteúdos que vão determinar os índices educacionais como o IDEB e a Prova Brasil. Assim, essa postura encontrada nas escolas revela uma prática pedagógica tradicionalista, que busca na avaliação unicamente a quantificação de resultados.

Com relação à faixa etária dos alunos, nos contextos das escolas regulares se tem um perfil mais definido. Estão inseridos nessa pesquisa professores de escolas públicas que

trabalham com turmas de Ensino Fundamental I e II. No caso das escolas privadas os professores de música também atuam na Educação Infantil e no Ensino Médio.

O professor Pr1, que trabalha exclusivamente com aulas de musicalização para turmas de Educação Infantil, quando questionado sobre seu entendimento sobre avaliação em música demonstrou insegurança ao falar do tema. Segundo o professor:

Nós temos o padrão de avaliação tradicional, né? Que é aquele padrão de prova... Eu acho que isso não se aplica muito bem à música, porque a música é muita a vivência, é muito subjetiva de cada criança... Então, eu não tenho como aplicar uma prova e acreditar que aquilo é o que a criança aprendeu... é algo muito subjetivo. Então eu acho que a gente pode avaliar de outras formas... Os pais gostam muito de ter a prova escrita com a nota do filho, mas isso não é um parâmetro confiável. Então, eu prefiro avaliar no dia-a-dia, nas atividades, em como a criança tá respondendo aos estímulos e a tudo que eu estou fazendo em sala.

A princípio, percebe-se na fala do professor Pr1 o conflito existente em relação ao conceito e a aplicação da avaliação. O entrevistado classifica os testes e provas como “avaliação tradicional”, e de certa forma crítica esse modelo, ao mesmo tempo em que propõe “avaliar de outras formas”. Essas novas formas de avaliar em música são defendidas por Tourinho e Oliveira (2003) quando afirmam que: “a avaliação em música deve ser sempre uma avaliação autêntica, isto é, representar o mundo real das atividades que resultam em aquisição de conhecimento e das técnicas que foram empregadas.” (p. 15). Essas outras formas de avaliar são aplicadas pelo professor Pr1 no âmbito da educação infantil e, segundo o entrevistado, na maioria das turmas não existe um momento exclusivamente dedicado à aplicação da avaliação.

Como eu falei a gente não tem prova. Nos infantis I, II e III a gente tem apenas as aulas mesmo e eu vou avaliando continuamente, no dia-a-dia, faço jogos com eles, atividades vou perguntando, mas sempre de forma lúdica, nada tipo, aqui é avaliação e pronto. Já nos infantis IV e V, eles têm o livro de música que já dá uma noção pros pais do que eles estão aprendendo.

Ao analisar a resposta do professor Pr1 pode-se destacar dois pontos bastante interessantes: a necessidade do professor de desassociar a avaliação de uma prática de provas

em momentos finais de ensino; e a necessidade de dar um feedback para os pais através da avaliação. O primeiro ponto destacado é bastante coerente com o pensamento atual sobre avaliação, que busca, principalmente na Educação Infantil, acompanhar o desenvolvimento por meio da “observação e reflexão permanentes sobre as manifestações das crianças.” (HOFFMAN, 2009, p. 84). A prática destacada no segundo ponto também é denunciada por Hoffman

O que acontece hoje, em termos de avaliação, desconsidera a criança em dois sentidos. Por um lado, observa-se e acompanha-se, na maioria das vezes, a criança em suas descobertas, entretanto, quando se registram aspectos de seu desenvolvimento, em geral, é para apresentar resultados aos pais ou por necessidades de registros escolares. Os resultados enunciados não têm por objetivo subsidiar a ação educativa no seu cotidiano, permanentemente voltada à criança, mas asseguram aos pais e à escola que algumas atividades estão se desenvolvendo. (Ibid., p. 89)

Essa prática comumente realizada na Educação Infantil não condiz com a concepção atual de avaliação, que busca subsidiar decisões que proporcionem a melhoria da aprendizagem dos alunos. Outro ponto contrastante entre a prática relatada pelo professor e o que entendemos por avaliação, é que a etapa de reflexão do professor a respeito da sua prática docente a partir das avaliações dos alunos parece não fazer parte do cotidiano avaliativo das aulas de música.

O professor Pb2, também, comentou sobre a ação realizada a partir do resultado das avaliações

Quando os alunos tiram notas “boas”, podemos dizer assim, eu fico na minha zona de conforto, mas, quando tem aquele aluno que não consegue entender, que não consegue compreender o conteúdo e não consegue tirar notas boas na minha matéria, eu fico com aquela inquietação: o porquê? Então eu fico refletindo e tento adaptar de várias formas aquilo que eu estou ensinando.

A reflexão apresentada na fala do professor possibilita a discussão de várias questões com relação à etapa de tomada de decisão na avaliação. Primeiro, ao revelar que se sente inquieto quando os alunos têm resultados ruins na avaliação e precisa refletir sobre o “porquê” de uma parcela de alunos não ter aprendido o conteúdo. Também relata que, a

princípio, tem o costume de utilizar estratégias desenvolvidas pelos seus professores em sua formação e, ao perceber certas dificuldades nos alunos, busca reinventar métodos para trabalhar os ritmos de forma que seja mais compreensível para os alunos. Em outro comentário durante a entrevista o professor relatou que, com o passar do tempo, os próprios alunos desenvolvem técnicas diferentes de execução de um exercício, e ao longo do período letivo vão conseguindo desenvolver as habilidades musicais de forma mais natural. Todo esse processo reflexão-ação após o resultado da avaliação é imprescindível para uma pedagogia preocupada com o desenvolvimento dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada nesse estudo constatamos que os professores de música desconhecem questões fundamentais relacionadas ao ato de avaliar, como o seu significado, seus objetivos e finalidades, além das implicações de uma prática avaliativa descontextualizada. Essa situação foi verificada a partir da dificuldade dos professores em falar sobre avaliação, tanto que houve a necessidade de um replanejamento da pesquisa, em decorrência do pouco retorno recebido na primeira etapa da coleta de dados.

Assim como o processo avaliativo discutido nessa pesquisa, buscamos construir de modo coletivo e participativo com os professores momentos de trocas, compartilhamento de ideias, além de sugerir práticas alternativas para algumas situações relatadas no decorrer das entrevistas e refletir sobre as possibilidades do exercício de uma avaliação contínua e construtiva.

A investigação com esses professores foi o primeiro passo de um projeto maior, que visa à ampliação desse universo de professores, de uma amostragem bastante expressiva, incluindo maior número de professores por contextos diversificados além de outros contextos não contemplados pelo presente estudo.

Nesta perspectiva, a expansão da pesquisa permitirá um diagnóstico mais assertivo e, portanto, auxiliará na elaboração de uma proposta de avaliação do aprendizado musical que seja coerente com o tipo de prática pedagógica utilizada nas escolas regulares de Fortaleza, Ceará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Margareth. Avaliação do canto coral: critérios e funções. In: HENSCHKE, L; SOUZA, J. (Org.). *Avaliação em Música: reflexões e práticas*. São Paulo: Moderna, 2003.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A formação profissional do educador musical: algumas apostas. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 8, p. 17-24, 2003.

BRAGA, Simone Marques. *“Um por todos ou todos por um?”: processos avaliativos no canto coral em escolas específicas de música*. 2009. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BRASIL, *Ministério da Educação e do Desporto*. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997, v. 6.

DEL BEN, Luciana. *A utilização do modelo espiral de desenvolvimento musical como critério de avaliação da apreciação musical em um contexto educacional brasileiro*. 1996, 150f. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

HENTSCHKE, L; SOUZA, J. (Org.). *Avaliação em Música: reflexões e práticas*. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

HOFFMAN, Jussara. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 12 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MENEZES, Mara Pinheiro. *Avaliação em música: um estudo sobre o relato das práticas avaliativas de uma amostra de professores de música em quatro contextos de ensino em Salvador – Bahia*. 2010, 115f. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Cynthia et al. Avaliação da execução musical: relação entre as concepções e práticas adotadas por professores de piano. *Revista da ABEM*, Porto Alegre: v. 5, p. 21-29, 2000.

SWANWICK, Keith. *Ensinando música musicalmente*. Trad. Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

TOURINHO, Cristina. *Relações entre os critérios de avaliação do professor de violão e uma teoria de desenvolvimento musical*. 2001, 142f. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

TOURINHO, Cristina; OLIVEIRA, Alda. Avaliação da performance musical. In: HENSCHKE, L; SOUZA, J. (Org.). *Avaliação em Música: reflexões e práticas*. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

VIANNA, Heraldo M. *Avaliação educacional: teoria - planejamento - modelos*. São Paulo: IBRA-SA, 2000.

WILLE, Regiana Blank. Educação musical formal, não formal ou informal: um estudo sobre processos de ensino e aprendizagem musical de adolescentes. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, p. 39-48, 2005.